

## **REQUERIMENTO Nº 665, DE 2015**

Nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Cidades as seguintes informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV):

- 1) Relação das obras contratadas no âmbito do Programa, por estado e por faixa de renda, com informações sobre o tipo e número de unidades contratadas, data de início da construção, prazo de conclusão, custo da obra e o percentual de execução física e de execução financeira de cada obra, com a efetiva liberação dos recursos para os contratados;
- 2) Relação das obras do Programa, por estado e por faixa de renda, que estão, de fato, paradas;
- 3) Relação das obras, por estado e por faixa de renda, que estão com pagamentos atrasados, com informações sobre o montante em reais, o tempo e o motivo do atraso;
- 4) Medidas adotadas no sentido de liberar os valores atrasados e de retomar a regularidade das liberações de recursos;

### **JUSTIFICATIVA**

O ajuste fiscal está comprometendo programas e iniciativas do governo e prejudicando o bem-estar dos brasileiros. Várias obras espalhadas pelo Brasil inteiro estão sentindo os reflexos da falta de dinheiro do governo federal.

No Programa Minha Casa Minha Vida há milhares de unidades ainda não concluídas cujas obras estão paradas por causa de atraso no pagamento às construtoras. O corte nas despesas do Orçamento de 2015, anunciado pelo governo no dia 22 de maio, atingiu diretamente o programa, que sofrerá uma redução de R\$ 6,9 bilhões no seu orçamento.

Além dos problemas de fluxo de caixa, as empresas dizem sofrer também com a dificuldade de planejamento diante da indefinição orçamentária para o ano.

De acordo com matéria veiculada no Jornal *O Globo*, de 11 de maio último, os atrasos nos repasses da União ao Programa Minha Casa Minha Vida, que começaram há cerca de um ano e ainda persistem, agravam a crise na construção civil, com paralisações de obras em vários estados e demissões de trabalhadores.

O problema é mais sério entre as pequenas construtoras que assumiram grandes conjuntos residenciais para baixa renda (faixa 1, totalmente custeada com recursos públicos), sobretudo no Nordeste, mas atinge também as faixas 2 e 3 (que usam recursos do FGTS).

Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o setor tem hoje cerca de R\$ 1,2 bilhão a receber do governo por projetos do programa e parte desse total está atrasada em até 45 dias.

Neste ano, segundo entidades que representam os construtores, nenhuma moradia destinada a famílias de baixa renda (faixa 1) foi contratada.

Por esses motivos, requeremos seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Cidades o presente pedido de informações.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ AGRIPINO

*À Mesa, para decisão*